

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
Departamento de Prática de Saúde Pública

Disciplina HSP 283
Nutrição e Atenção à Saúde

AULA 7
Vigilância sanitária e epidemiológica

Docentes Responsáveis: Aylene Bousquat, Cleide L. Martins,
Paulo Frazão

Folha Online - Ciência - OMS conclui que câmara de br...
29/07/2009 - 02h51
OMS conclui que câmara de bronzamento provoca câncer
da Folha Online
A Iarc (Agência Internacional para Pesquisa do Câncer), braço da OMS (Organização Mundial da Saúde) voltado para pesquisas da área oncológica, elevou o nível de alerta do bronzamento artificial. Para a entidade, as cabines usadas no processo deixaram de ser "prováveis cancerígenas" para representar uma causa concreta de tumor de pele --a mesma relação entre o cigarro e o câncer, por exemplo.
A conclusão surgiu depois que um grupo de 20 especialistas concluiu que o risco de câncer de pele aumenta em cerca de 75% quando as pessoas começam a usar câmaras de bronzamento antes dos 30 anos.

15/03/2010 - 13h50
Juiz diz que não dá para proibir bronzamento na praia e libera uso de câmaras

da Folha Online



A Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar suspendendo, no Estado de São Paulo, a resolução da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que proibiu o uso de câmaras de bronzamento no país. A decisão é válida para as empresas e profissionais associados ao Seemplas (Sindicato dos Empregadores em Empresas e Profissionais Liberais em Estética e Cosmetologia do Estado de São Paulo).

Quem fez bronzamento em câmara deve redobrar cuidados
Leia íntegra da resolução da Anvisa sobre a proibição
Anvisa recorre de liminar que libera câmaras de bronzamento

A liminar foi deferida pelo juiz federal Victorio Giuzio Neto, da 24ª Vara Federal Cível de São Paulo, na quarta-feira (10), mas foi divulgada nesta segunda-feira (15) pela Justiça. Segundo a assessoria do órgão, o juiz sentenciou que a proibição do bronzamento artificial desrespeita o princípio da proporcionalidade.



Uso de câmaras de bronzamento no Brasil foi proibido pela Anvisa em novembro de 2009, desde então entidades recorrem à justiça

"Sem prejuízo da aparente boa intenção da Anvisa, pretender proibir uma atividade econômica -- que a rigor não se limita ao Brasil -- extrapola as suas atribuições, não sendo dispensável afirmar que toda vez em que se adota como solução uma proibição, raramente ela é evitada, passando apenas para a clandestinidade", disse Giuzio Neto, por meio de nota.

De acordo com o magistrado, não cabe durante a análise da liminar discutir se o bronzamento artificial é nocivo ou não à saúde. "O que se sabe é que as radiações solares o são nocivas e ninguém ousaria proibir o bronzamento nas praias deste país", afirmou Giuzio Neto.

Lei brasileira sobre bron...
Câncer de pele
Lei brasileira sobre bronzamento artificial é exemplo a ser seguido no mundo todo 03/08/2012 - 13:43
Desde 2009, quando foram consideradas cancerígenas pela OMS, as câmaras de bronzamento estão proibidas no Brasil
Guilherme Rizzo

Câncer de pele: estudo afirma que cerca de 5,7% dos novos casos de melanoma são causados pelo bronzamento artificial (The Atlantic)
O bronzamento em câmaras artificiais está proibido no Brasil desde 2009. Na Europa e nos Estados Unidos, profissionais da área de saúde tentam implantar a mesma lei há três anos -- ainda sem sucesso. "A legislação brasileira foi pioneira, é um exemplo a ser seguido", diz Maritza (Foto: reprodução de uma sessão de bronzamento, por Estúdio de Beleza, no Shopping da Guaraná)

Vigilância

Processo de monitoramento do comportamento de pessoas, objetos ou processos em conformidade com sistemas de normas esperadas de acordo com critérios de segurança e aceitação social

Vigilância sanitária

- Antecedentes históricos
- VS no Brasil
- Aspectos legais
- Abrangência
- Prática da vigilância sanitária

Origens da VS

- Europa - séculos XVII e XVIII: noção de “polícia sanitária”



Quarentena

- Regulamento de urgência em caso de epidemia
- Todos deveriam permanecer em casa
- Cidade dividida em bairros, bairros em quarteirões (autoridade específica)
- Vigilância e registro das observações
- Passar em revista os habitantes e isolar os enfermos
- Desinfecção das moradias com perfumes que eram queimados

Eduardo 1998



Origens da VS

- Talidomida - década de 60 - nascimento de milhares de bebês com deformidades dos membros
- marco da história da regulamentação sanitária em todo o mundo.



Origens da VS

- Europa - séculos XVII e XVIII: noção de “polícia sanitária”
- Talidomida (década de 60) - nascimento de milhares de bebês com deformidades dos membros - marco da história da regulamentação sanitária em todo o mundo.
- Maioria dos países criaram-se órgãos nacionais de controle e se publicou farta legislação no intuito de garantir a segurança dos produtos, sobretudo os medicamentos

Eduardo 1998

VS no Brasil

- Séc. XVIII e XIX - ações para regulamentar o exercício da profissão médica, combater o charlatanismo e exercer o saneamento da cidade, fiscalizar as embarcações, os cemitérios e o comércio de alimentos, com a finalidade de vigiar a cidade para evitar a propagação das doenças
- 1923 – Regulamento Sanitário Federal
- 1954 - Lei 2.312 regulamentando o Código Nacional de Saúde, o qual estabeleceu normas gerais sobre defesa e proteção da saúde, atribuindo ao Ministério da Saúde, extenso espectro de atuação
- 1976 – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

Costa & Rozenfeld 2000

VS - Constituição da República

Artigo 200- Compete ao Sistema Único de Saúde

- controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos
- participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
- fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano

VS - Constituição da República

Artigo 200- Compete ao Sistema Único de Saúde

- participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.
- executar as ações de Vigilância Sanitária (...).”.

VS - Art. 6º Lei 8.080/90

Conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde

- controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos, da produção ao consumo
- controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.
- Meio ambiente, saúde do trabalhador, portos, aeroportos e fronteiras

Controle de bens de consumo

➤ Matérias-primas

➤ Transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos de interesse à saúde:

- alimentos
- Águas
- Bebidas
- Medicamentos e drogas veterinárias e correlatos
- Insumos
- Cosméticos
- produtos de higiene pessoal
- saneantes para higienização, desinfecção / desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos
- produtos químicos, agrícolas, agrotóxicos, biocidas
- equipamentos médico-odontológicos

Controle da prestação de serviços

- Médico-hospitalares
- Da apoio diagnóstico e terapêutico
 - hemoterápico, hemodiálise, que empregam radiação etc
- Odontológicos
- Instituições de longa permanência
- Creches
- Banco de órgãos, de leite humano
- Práticas complementares
- Casas de massagem, emagrecimento, tatuagem e de aplicação de produtos relacionados à saúde
- Bares, restaurantes e refeitórios

Meio Ambiente

- Ambientes de trabalho incluindo sistemas de produção e processo de trabalho
- Uso e parcelamento do solo, as edificações e os sistemas de saneamento básico
- Portos, aeroportos, fronteiras, veículos, cargas e pessoas

Vigilância Sanitária

- 1994 - Portaria 1.565 MS, define o SNVS e sua abrangência, esclarece a competência das três esferas de governo e estabelece as bases para a descentralização da execução de serviços e ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde
- 1999 – Lei 9.782, define o SNVS e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA

Ações de Vigilância sanitária

- Normatização
- Cadastramento
- Autorização de funcionamento, licenciamento e revalidação
- Fiscalização



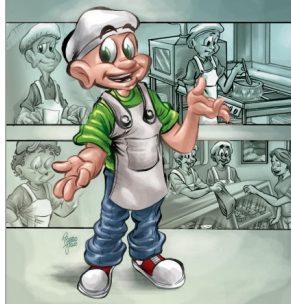
Serviços de alimentação como padarias, cantinas, lanchonetes, bufês, confeitarias, restaurantes, comissarias, cozinhas industriais e cozinhas institucionais

Doenças transmitidas por alimentos

- Hepatite A
- Teníase ou cisticercose
- Toxoplasmose
- Amebíase
- Salmonelose
- Tuberculose
- Brucelose
- Toxinfecções alimentares

Cartilha sobre Boas Práticas
para Serviços de Alimentação

Resolução-RDC nº 216/2004



http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/cartilha_gicra_final.pdf

Ações de Vigilância sanitária

- Monitoramento:
 - de produtos e serviços
 - do mercado
 - publicidade



A propaganda de alimentos: orientação, ou apenas estímulo ao consumo?

Bianca Ramos Marins¹
Inesita Soares de Araújo²
Silvana do Couto Jacob³

Resumo As mensagens sobre alimentação veiculadas nos meios de comunicação merecem atenção, pois estudos apontam que a mídia exerce papel fundamental na formação de novos hábitos alimentares. Visando atender a um novo perfil de consumidores preocupados com a saúde e o bem-estar físico e interessada nesse mercado promissor, a indústria intensifica as estratégias de estímulo ao consumo de determinadas categorias de alimentos, como os produtos diet e light. Este estudo analisou 20 peças publicitárias de alimentos veiculadas em revistas e jornais de circulação nacional entre junho e outubro de 2006, contemplando: o emissor; o destinatário; a linguagem e a mensagem. Constatou-se que o discurso publicitário focou principalmente as mulheres, propondo o consumo sem culpa e prometendo a combinação entre estética e saúde. Na busca da valorização do produto, as peças publicitárias secundarizaram informações nutricionais relevantes, outras realizaram combinações perigosas para a saúde, como a associação do alimento a medicamentos e a indução a substituição de refeições pelo produto em questão. Os resultados sinalizam a necessidade de se ampliar a discussão sobre as estratégias da publicidade de alimentos, pois o direito do cidadão à informação e à saúde não podem estar subjugados a valores de mercado.

Ciência & Saúde Coletiva, 16(9):3873-3882, 2011

Ações de Vigilância sanitária

- Monitoramento:
 - de produtos e serviços
 - do mercado
 - publicidade
- Atendimento às denúncias
- Inspeção regular
- Investigação de surtos e agravos
- Orientação e educação

Direito do consumidor

- Constituição Federal de 1988
- Código de Proteção e Defesa do Consumidor, regulamentado pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990

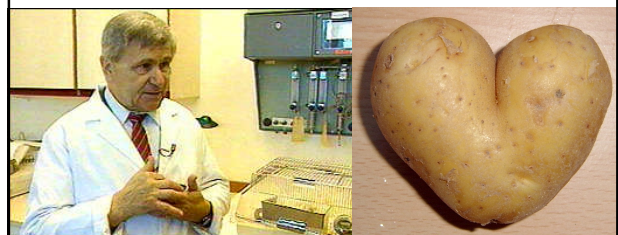
Princípios Constitucionais da Administração Pública

- **Legalidade**: fazer ou deixar de fazer o que está determinado por lei
- **Impessoalidade**: não pode favorecer ou prejudicar pessoa determinada
- **Moralidade**: respeito aos padrões éticos e morais da sociedade
- **Publicidade**: propiciar ampla divulgação
- **Eficiência**: qualidade da atividade administrativa

Princípio da Precaução

- a precaução diante de incertezas científicas;
- a exploração de alternativas às ações potencialmente prejudiciais;
- a transferência do ônus da prova aos proponentes de uma atividade e não às vítimas ou vítimas em potencial daquela atividade;
- o uso de processos democráticos na adesão e observação do princípio, inclusive o direito público ao consentimento informado.

Dr. Arpad Pusztai - geneticista britânico forçado a se aposentar por ter encontrado evidências de danos provocados em órgãos vitais em ratos de laboratório alimentados com batata geneticamente modificada



Vigilância epidemiológica

Brasil reforça vigilância contra gripe suína

Todo viajante, seja brasileiro ou estrangeiro, terá de preencher formulário sobre seu estado de saúde na chegada ao país

Devido a aumento de casos na América do Sul, passageiro terá de declarar os países onde esteve nos 14 dias anteriores e se tem sintomas da doença

MÁRCIO PINHO
DA REPORTAGEM LOCAL

Brasil reforça vigilância contra gripe suína

Todo viajante, seja brasileiro ou estrangeiro, terá de preencher formulário sobre seu estado de saúde na chegada ao país

Devido a aumento de casos na América do Sul, passageiro terá de declarar os países onde esteve nos 14 dias anteriores e se tem sintomas da doença

MÁRCIO PINHO
DA REPORTAGEM LOCAL

Rio reforça monitoramento de passageiros

Voos procedentes de países em que há registros de casos da gripe suína passam por procedimentos mais rigorosos

Marco Antônio Teixeira/Agência O Globo



Funcionário do aeroporto do Galeão, no Rio, usa máscara para se proteger do vírus da gripe suína

Brasil reforça vigilância contra gripe suína

Todo viajante, seja brasileiro ou estrangeiro, terá de preencher formulário sobre seu estado de saúde na chegada ao país

Devido a aumento de casos na América do Sul, passageiro terá de declarar os países onde esteve nos 14 dias anteriores e se tem sintomas da doença

MÁRCIO PINHO
DA REPORTAGEM LOCAL

Rio reforça monitoramento de passageiros

Voos procedentes de países em que há registros de casos da gripe suína passam por procedimentos mais rigorosos

Marco Antônio Teixeira/Agência O Globo



Funcionário do aeroporto do Galeão, no Rio, usa máscara para se proteger do vírus da gripe suína

Ministério da Saúde afirma que manterá procedimentos

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA
DA REPORTAGEM LOCAL

Apesar do alerta de pandemia de gripe suína, o Ministério da Saúde pediu tranquilidade à população. A mudança de classificação não muda o fato de a doença ter baixa letalidade - só 0,5% dos infectados com o vírus no mundo morreram. No Brasil, o número de infectados mais que dobrou em oito dias. Eram 25 casos em 3 de junho e, ontem, 52. Não houve mortes. De todos os infectados, 32 contraíram o vírus no exterior. Os outros tiveram algum contato com os que viajaram. A ministra-geral da Saúde, Márcia Bastos, disse que as medidas hoje adotadas para evitar contágio e para tratar os já infectados não vão mudar. Segundo ela, o país continua "em intensa vigilância" nos portos e aeroportos e mantém hospitais aptos a diagnosticar rapidamente os casos suspeitos. Bastos disse que o país tem 900 leitos para abrigar infectados pela gripe suína, em 53 hospitais, além do estoque de 9 milhões de medicamentos. Segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, Juvenal Furtado, o fato de a OMS declarar uma pandemia de gripe não produz mudança na vida dos brasileiros. "O que não podemos é deixar o vírus circular livremente pelo país. Não pode haver um relaxamento por parte do governo."

Para barrar gripe suína, prefeito de RS proíbe festas e missas

Medida foi tomada em São Gabriel na segunda; ontem foi confirmado que adolescente que está na UTI tem a doença

Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, criticou a iniciativa e disse esperar que ela seja revogada. 13 mil alunos estão sem aulas

GRACILIANO ROCHA
DA AGÊNCIA FOLHA
PABLO SOLANO
DA AGÊNCIA FOLHA

A Prefeitura de São Gabriel, município a 321 km de Porto Alegre, decretou situação de emergência na cidade, determinou a suspensão das aulas para 13 mil estudantes e proibiu aglomerações públicas, como festas e cultos religiosos, para conter a disseminação do vírus da gripe suína.

A medida foi tomada na segunda e passou a valer ontem, no mesmo dia em que foi confirmado que uma adolescente de 14 anos contraiu a doença após uma viagem a Buenos Aires. Ela está internada na UTI, em estado grave, no município vizinho de Santa Maria.

Quatro pessoas que passaram por exames laboratoriais que confirmaram a infecção pela gripe estão em isolamento domiciliar, incluindo a filha do prefeito, de 14 anos. Há mais 18 casos suspeitos.

VE: aspectos históricos

- O termo *vigilância* ganhou amplitude após a Segunda Guerra Mundial quando surgiu forte preocupação em relação à risco potencial de guerra química e biológica
- 1951 - é criado serviço de inteligência para epidemias no Centro para Controle de Doenças nos EUA
- 1955 - o termo é usado pela primeira vez no estudo de uma epidemia de poliomielite
- 1963 - a OMS utiliza a expressão VE numa publicação sobre o programa de erradicação da malária

(Waldman 1991)

Conceito

Conjunto de atividades que proporciona a informação indispensável para conhecer, detectar ou prever qualquer mudança que possa ocorrer nos fatores condicionantes do processo saúde-doença, com a finalidade de recomendar, oportunamente, as medidas indicadas que levem à prevenção e ao controle das doenças

Fonte: Fischmann 1994

Conceito

Conjunto de atividades que proporciona a

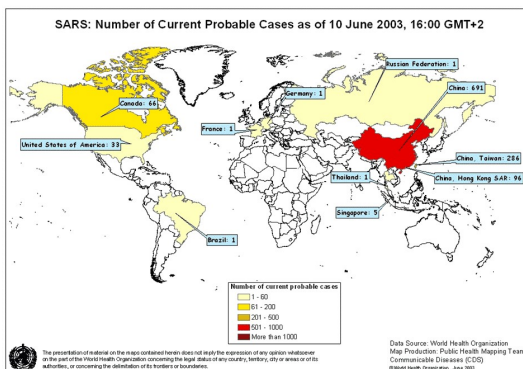
INFORMAÇÃO

ou prever qualquer mudança que possa ocorrer nos fatores condicionantes do processo saúde-doença, com a finalidade de recomendar,

AÇÃO

a prevenção e ao controle das doenças

Fonte: Fischmann 1994



Atividades básicas

- Coleta de dados
 - demográficos, morbidade, mortalidade, serviços (ambulat. hosp. laboratórios), imprensa, leigos
- Monitoração da qualidade dos dados
 - Educação, treinamento e supervisão dos profissionais para aprimorar diagnóstico e tratamento

Atividades básicas

- Investigação de casos para detectar as fontes de infecção
- Consolidação e análise dos dados
- Recomendação de medidas de controle e elaboração de normas técnicas
- Divulgação das informações

Fonte de dados

- Sistemas de notificação compulsória de doenças
- Sistemas articulados de laboratórios
- Dados hospitalares
- Eventos sentinelas
- Profissionais médicos sentinelas
- Unidades básicas de saúde

